



CEM

CADERNO DE EXERCÍCIOS *MASTER*

Legislação Penal Especial

Agente da Polícia Civil

Período: 2010 - 2017

Sumário

Legislação Penal Extravagante ou Complementar.....	3
Crimes Eleitorais (Código Eleitoral, Lei nº 9.504/1997, etc.)	3
Lei nº 4.898/1965 - Lei de Abuso de Autoridade.....	4
Lei nº 7.210/1984 - Lei de Execução Penal (LEP).....	4
Lei nº 7.492/1986 - Lei dos Crimes contra o Sistema Financeiro.....	6
Lei nº 7.716/1989 - Crimes de Preconceito de Raça ou Cor	7
Lei nº 8.072/1990 - Crimes Hediondos.....	7
Lei nº 8.078/1990 - Crimes contra Relações de Consumo (art. 61 a 80).....	8
Lei nº 9.099/1995 - Juizados Especiais Criminais	9
Lei nº 9.296/1996 - Interceptação Telefônica	11
Lei nº 9.455/1997 - Crimes de Tortura.....	12
Lei nº 9.503/1997 - Código de Trânsito Brasileiro (crimes).....	14
Lei nº 10.741/2003 - Estatuto do Idoso (crimes).....	17
Lei nº 10.826/2003 - Estatuto do Desarmamento.....	18
Lei nº 11.343/2006 - Lei de Drogas	21
Lei nº 12.037/2009 - Identificação Criminal.....	25
Lei nº 12.830/2013 - Investigação Criminal Conduzida pelo Delegado de Polícia.....	26
Lei nº 12.850/2013 (Antiga lei 9.034/1995) - Crime Organizado	27
Tópicos Mesclados e Demais Leis Penais Extravagantes	28
Gabarito.....	30

Legislação Penal Extravagante ou Complementar

Crimes Eleitorais (Código Eleitoral, Lei nº 9.504/1997, etc.)

101) IBFC - Ag PJ (PC SE)/PC SE/2014

A respeito dos crimes de injúria, calúnia e difamação, praticados por meio de propaganda eleitoral, previstos no Código Eleitoral (Lei nº 4.737/65), assinale a alternativa correta:

- a) No crime de difamação a exceção da verdade somente é admitida se o ofendido é funcionário público e a ofensa é relativa ao exercício de suas funções.
- b) Não pode o juiz deixar de aplicar a pena da injúria se o ofendido, de forma reprovável, provocou diretamente a injúria.
- c) Aumenta-se a pena da calúnia, da injúria e da difamação praticada contra funcionário público, ainda que fora de suas funções.
- d) No crime de calúnia a prova da verdade do fato é admitida mesmo nos casos de fato criminoso imputado ao Presidente da República.

102) CESPE - Ag Pol (PC GO)/PC GO/2016

Nas eleições municipais de Goiânia – GO para o ano de 2016,

Fernanda foi candidata a vereadora;

Flávio foi candidato a prefeito;

Clara foi eleitora;

Paulo foi membro da mesa receptora;

João foi fiscal de partido político.

Nessas situações hipotéticas, de acordo com a Lei n.º 4.737/1965, não poderiam ser detidos ou presos, salvo em flagrante delito, desde quinze dias antes da eleição,

- a) Fernanda, Flávio e Clara.
- b) Flávio, Clara e João.
- c) Paulo e João.
- d) Fernanda e Flávio.
- e) Clara, Paulo e João.

103) CESPE - Ag Pol (PC GO)/PC GO/2016

Em determinada eleição municipal,

Luciano tentou votar mais de uma vez;

ao fazer propaganda eleitoral, Márcio injuriou Carmem, ofendendo-lhe a dignidade;

Tatiane tentou violar o sigilo de uma urna.

Nessas situações hipotéticas, à luz da Lei n.º 4.737/1965,

- a) Tatiane poderá ter a pena reduzida em razão da tentativa.

- b) Márcio, necessariamente, terá a pena aplicada pelo juiz, ainda que tenha agido em caso de retorção imediata que consista em outra injúria.
- c) Luciano, Márcio e Tatiane responderão por crime de ação pública.
- d) Márcio responderá por crime de ação privada.
- e) Luciano poderá ter a pena reduzida em razão da tentativa.

Lei nº 4.898/1965 - Lei de Abuso de Autoridade

104) UEG - Ag Pol (PC GO)/PC GO/2013

No que respeita aos crimes de abuso de autoridade, previstos na Lei n. 4898/65, verifica-se que

- a) o autor do delito pode ser qualquer pessoa, não se exigindo, qualquer qualidade especial do agente.
- b) a ação penal é condicionada à representação, de modo que eventual medida investigatória somente ocorrerá em caso de manifestação do ofendido.
- c) em algumas hipóteses admite-se a figura culposa, em razão da inobservância do dever objetivo de cuidado na ação da autoridade.
- d) a incolumidade pública tutelada na referida lei não abrange o crime de lesões corporais, admitindo-se o concurso entre os delitos.

105) IPAD - Ag (PC AC)/PC AC/2012

Sobre a Lei nº 4.898/1965, a qual trata do abuso de autoridade, analise as seguintes assertivas e assinale a alternativa incorreta.

- a) Constitui uma das hipóteses de abuso de autoridade o atentado à liberdade de associação.
- b) Pratica abuso de autoridade o delegado que deixa de comunicar, imediatamente, ao juiz competente a prisão ou detenção de alguém.
- c) O agente público que comete abuso de autoridade está sujeito a ser demitido do cargo que ocupa, a depender da gravidade da conduta ilícita.
- d) Eventual punição sofrida por agente público em razão de cometimento de abuso de autoridade não constará de sua ficha funcional, tendo em vista que tal prática atentaria contra a dignidade do servidor público.
- e) O processo administrativo tendente à apuração de abuso de autoridade não poderá ser sobrestado para o fim de aguardar a decisão da ação penal ou civil.

Lei nº 7.210/1984 - Lei de Execução Penal (LEP)

106) CESPE - Ag Pol (PC DF)/PC DF/2013

De acordo com a Lei de Execução Penal – Lei n.º 7.210/1984 –, julgue o item subsequente.

O preso provisório, mesmo que apresente alto risco para a ordem e a segurança do estabelecimento penal ou da sociedade, não poderá ser submetido ao regime disciplinar diferenciado, que é destinado apenas aos presos condenados.

Certo

Errado

107) CESPE - Ag Pol (PC DF)/PC DF/2013

De acordo com a Lei de Execução Penal – Lei n.º 7.210/1984 –, julgue o item subsequente.

Os condenados pela prática de qualquer crime hediondo serão submetidos, obrigatoriamente, à identificação do perfil genético, mediante extração de DNA, por técnica adequada e indolor.

Certo

Errado

108) CESPE - Ag Pol (PC DF)/PC DF/2013

De acordo com a Lei de Execução Penal – Lei n.º 7.210/1984 –, julgue o item subsequente.

No estabelecimento penal, o preso primário deverá cumprir pena em seção distinta daquela reservada para os reincidentes.

Certo

Errado

109) IBFC - Ag PJ (PC SE)/PC SE/2014

Segundo a Lei De Execuções Penais (Lei n.º 7.210/84), são características do Regime Disciplinar Diferenciado, exceto:

- a) Duração máxima de trezentos e sessenta dias, sem prejuízo de repetição da sanção por nova falta grave de mesma espécie, até o limite de um sexto da pena aplicada.
- b) Direito à saída da cela por duas horas diárias para banho de sol.
- c) Necessidade do trânsito em julgado da sentença condenatória para aplicação da medida.
- d) Recolhimento em cela individual.

110) CESPE - Ag Pol (PC GO)/PC GO/2016

De acordo com a Lei n.º 7.210/1984 – LEP –, a prestação de trabalho

- a) decorrente de pena restritiva de direito deve ser remunerada.
- b) em ambiente externo tem de ser autorizada pelo juiz da execução penal e depende de critérios como aptidão, disciplina e responsabilidade.
- c) a entidade privada depende do consentimento expresso do preso, que terá sua autorização de trabalho revogada se for punido por falta grave.
- d) é obrigatória tanto para o preso provisório quanto para o definitivo.
- e) externo é proibida ao preso provisório e ao condenado que cumpre pena em regime fechado.

111) CESPE - Ag Pol (PC GO)/PC GO/2016

José subverteu a disciplina interna do estabelecimento prisional por ter praticado ato previsto como crime.

Nessa situação hipotética, de acordo com o que prevê a LEP relativamente ao RDD,

- a) o RDD poderá ser aplicado a José pelo diretor do estabelecimento prisional, que, na decisão, deverá considerar o comportamento de José e os motivos de sua prisão.
- b) a submissão de José ao RDD ocorrerá se o crime praticado por ele for tipificado na

modalidade dolosa ou culposa, que cause dano ao patrimônio ou à integridade física de outrem.

c) para que José seja submetido ao RDD, o crime por ele cometido deve ser doloso e ter sido praticado com violência ou grave ameaça a pessoa, hipótese que configura falta grave.

d) não será admitida a aplicação do RDD a José se ele for um preso provisório, uma vez que a LEP prevê ser requisito para esse regime o trânsito em julgado da sentença penal condenatória.

e) se for submetido ao RDD, José ficará recolhido em cela individual, terá direito a visitas semanais e poderá sair da cela diariamente para banho de sol.

112) CESPE - Ag Pol (PC GO)/PC GO/2016

De acordo com a LEP, se um preso for comunicado sobre o falecimento de uma irmã dele,

a) o juiz da execução poderá autorizar a saída temporária do preso para comparecimento ao enterro, desde que ele apresente bom comportamento no estabelecimento prisional.

b) ele não terá direito à saída do estabelecimento prisional, devido ao fato de não haver previsão de concessão desse benefício em caso de falecimento de irmão.

c) o diretor do estabelecimento prisional poderá conceder a permissão de saída ao preso, independentemente de ele ser preso provisório ou de estar cumprindo pena em regime fechado.

d) o diretor do estabelecimento deverá comunicar o falecimento ao juiz da execução, que poderá conceder a permissão de saída para o preso, ficando este sujeito à monitoração eletrônica caso esteja cumprindo pena em regime semiaberto ou aberto.

e) o diretor do estabelecimento poderá autorizar a saída temporária do preso, que, mediante escolta, poderá permanecer fora do estabelecimento prisional pelo tempo que for necessário para cumprir a finalidade da saída.

113) CESPE - Ag Pol (PC GO)/PC GO/2016

De acordo com a LEP, se determinado preso provisório cometer crime doloso após o encarceramento, ele estará sujeito ao regime disciplinar diferenciado, sem prejuízo da sanção penal,

a) mediante decisão da autoridade administrativa competente, independentemente da manifestação do juiz competente.

b) por decisão da autoridade administrativa competente, precedida da manifestação do MP e da defesa.

c) caso o novo ato cometido, previsto como crime doloso, seja punível com reclusão.

d) que poderá limitar o número de pessoas e a duração das visitas semanais.

e) depois de transitar em julgado eventual decisão condenatória do crime que motivou a sua prisão, pois, como preso provisório, ele não pode ser sujeito ao referido regime.

Lei nº 7.492/1986 - Lei dos Crimes contra o Sistema Financeiro

114) CESPE - Ag Pol (PC GO)/PC GO/2016

De acordo com a Lei n.º 7.492/1986, o indivíduo que gerir fraudulentamente determinada instituição financeira

a) não poderá ser vítima da decretação de prisão preventiva no curso do processo.

- b) cometerá crime cuja ação penal será promovida pelo MPF.
- c) terá sua pena aumentada de um terço, se a gestão tiver sido temerária.
- d) responderá por crime, ainda que tenha agido culposamente.
- e) cometerá crime que deverá ser processado e julgado pela justiça estadual.

115) CESPE - Ag Pol (PC GO)/PC GO/2016

Com base na Lei n.º 7.492/1986, a tipificação dos crimes contra o Sistema Financeiro Nacional

- a) inadmite confissão espontânea perante autoridade policial.
- b) inadmite coautoria.
- c) inadmite partícipe.
- d) admite coautoria ou participação, e, se ocorrer confissão espontânea que revele toda a trama delituosa, a pena será reduzida de um a dois terços.
- e) admite coautoria ou participação, e, se ocorrer confissão espontânea que revele toda a trama delituosa, será concedido o perdão judicial da pena.

Lei n.º 7.716/1989 - Crimes de Preconceito de Raça ou Cor

116) FUNCAB - Inv Pol (PC PA)/PC PA/2016

Qual, dentre as condutas a seguir enumeradas, ocorre a incidência de crime diverso daqueles tipificados como crime de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional, conforme previsto na Lei n.º 7.716, de 1989?

- a) Recusar, negar ou impedir a inscrição ou ingresso de aluno em estabelecimento de ensino público ou privado de qualquer grau, por motivo de preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência racional.
- b) Injuriar alguém, utilizando elementos referentes à raça, cor, etnia, religião, origem ou a condição de pessoa idosa ou portadora de deficiência, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro.
- c) Impedir o acesso ou recusar hospedagem em hotel, pensão, estalagem, ou qualquer estabelecimento similar, por motivo de preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência racional.
- d) Impedir ou obstar o acesso de alguém, devidamente habilitado, a qualquer cargo da Administração Direta ou Indireta, bem como das concessionárias de serviços públicos, por motivo de preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência racional.
- e) Recusar ou impedir acesso a estabelecimento comercial, negando-se a servir, atender ou receber cliente ou comprador, por motivo de preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência racional.

Lei n.º 8.072/1990 - Crimes Hediondos

117) VUNESP - Insp PC CE/PC CE/2015

Sobre a Lei no 8.072/90 (Lei dos Crimes Hediondos), é correto afirmar que

- a) em relação ao crime de homicídio, com exceção do homicídio culposo, todas as demais formas são consideradas crimes hediondos.
- b) o tráfico de drogas, o roubo – desde que praticado com emprego de arma de fogo e com restrição à liberdade da vítima – e o estupro são considerados crimes hediondos.

- c) as penas dos crimes hediondos são fixadas em regime integralmente fechado.
- d) para obter progressão de regime, os condenados por crime hediondo, se reincidentes, devem cumprir ao menos 3/5 da pena.
- e) o latrocínio (artigo 157, parágrafo 3o, CP), na sua forma tentada (e não consumada), não configura crime hediondo.

118) FUNCAB - Inv Pol (PC PA)/PC PA/2016

Nos termos da Lei nº 8.072, de 1990, é correto afirmar que constitui crime hediondo:

- a) A epidemia sem o resultado morte
- b) Extorsão simples
- c) A lesão corporal seguida de morte, quando praticada contra cônjuge, de integrantes da Força Nacional de Segurança Pública, em razão dessa condição.
- d) Homicídio simples, em qualquer caso.
- e) Sequestro ou cárcere privado.

119) IPAD - Ag (PC AC)/PC AC/2012

São considerados crimes hediondos, nos termos da Lei nº 8.072/1990, todos os abaixo, EXCETO:

- a) homicídio qualificado.
- b) latrocínio.
- c) estupro.
- d) epidemia com resultado morte.
- e) roubo com uso de arma de fogo.

Lei nº 8.078/1990 - Crimes contra Relações de Consumo (art. 61 a 80)

120) CESPE - Ag Pol (PC GO)/PC GO/2016

Com relação às infrações penais previstas na Lei nº 8.078/1990, que instituiu o CDC, assinale a opção correta.

- a) No processo penal referente às infrações previstas no CDC, é vedada a atuação de assistentes do MP.
- b) Todas as infrações tipificadas no CDC possuem pena máxima prevista de até dois anos.
- c) Para que o infrator possa ser processado e julgado, é necessário que ele tenha agido com dolo.
- d) A pena será agravada se a infração for cometida no período noturno.
- e) A pena será agravada se a infração for cometida em domingo ou feriado.

121) CESPE - Ag Pol (PC DF)/PC DF/2013

Com base na Lei nº 8.137/1990, que define os crimes contra a ordem tributária e econômica e contra as relações de consumo, julgue o item que se segue.

Constitui crime contra as relações de consumo ter em depósito, mesmo que não seja para vender ou para expor à venda, mercadoria em condições impróprias para o consumo.

Certo

Errado

122) CESPE - Ag Pol (PC DF)/PC DF/2013

Com base na Lei n.º 8.137/1990, que define os crimes contra a ordem tributária e econômica e contra as relações de consumo, julgue o item que se segue.

Quem, valendo-se da qualidade de funcionário público, patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração fazendária praticará, em tese, crime funcional contra a ordem tributária.

Certo

Errado

123) CESPE - Ag Pol (PC GO)/PC GO/2016

Vera destruiu grande quantidade de matéria-prima com o fim de provocar alta de preço em proveito próprio.

Túlio formou acordo entre ofertantes, visando controlar rede de distribuição, em detrimento da concorrência.

Lucas reduziu o montante do tributo devido por meio de falsificação de nota fiscal.

De acordo com a Lei n.º 8.137/1990, que regula os crimes contra a ordem tributária e econômica e contra as relações de consumo, nas situações hipotéticas apresentadas, somente

- a) Vera cometeu crime contra a ordem econômica.
- b) Lucas cometeu crime contra as relações de consumo.
- c) Vera e Túlio cometeram crime contra a ordem tributária.
- d) Vera e Lucas cometeram crime contra as relações de consumo.
- e) Túlio cometeu crime contra a ordem econômica.

Lei n.º 9.099/1995 - Juizados Especiais Criminais

124) CESPE - Ag Pol (PC GO)/PC GO/2016

Por ter praticado infração penal contra Lúcio, Ana foi presa em flagrante e conduzida à delegacia, onde se constatou que o tipo penal correspondente à infração praticada por Ana prevê pena máxima de dois anos e multa.

Nessa situação hipotética, a autoridade policial deverá

- a) exigir o pagamento da fiança, devido ao fato de o crime admitir pena de multa.
- b) instaurar IP mediante a lavratura do auto de prisão em flagrante.
- c) converter a prisão em flagrante em prisão preventiva, por não se tratar de crime de menor potencial ofensivo.
- d) lavrar termo circunstanciado e encaminhá-lo ao juizado juntamente com a autora do fato e a vítima.
- e) encaminhar imediatamente as partes ao juizado, para audiência de conciliação.

125) CESPE - Ag Pol (PC GO)/PC GO/2016

Uma pessoa denunciada por crime para o qual a pena mínima é igual a um ano recebeu e aceitou

uma proposta do MP prevista na Lei n.º 9.099/1995. Nesse caso, a proposta em caracteriza-se como uma

- a) suspensão condicional da pena, que poderá ser revogada se a pessoa vier a ser condenada definitivamente por outro crime.
- b) transação penal, pois a pessoa cometeu crime de menor potencial ofensivo.
- c) transação penal, caso o crime cometido seja de menor potencial ofensivo.
- d) suspensão condicional da pena, pois a pessoa cometeu crime de menor potencial ofensivo.
- e) suspensão condicional do processo, que poderá ser revogada se a pessoa vier a ser processada por contravenção penal no curso do prazo.

126) CESPE - Ag Pol (PC GO)/PC GO/2016

De acordo com os termos da Lei n.º 9.099/1995, que dispõe sobre os juizados especiais cíveis e criminais, na situação em que um indivíduo tenha sido preso em flagrante por ter cometido furto simples – cuja pena prevista é de reclusão, de um a quatro anos, e multa –, o MP, ao oferecer a denúncia, poderá propor a suspensão do processo, por dois a quatro anos, estando presentes os demais requisitos que autorizem a suspensão condicional da pena, previstos em artigo do CP. Nesse caso,

- a) o MP poderá propor a suspensão do processo ainda que o réu tenha sido condenado por outro crime na semana anterior à do cometimento do furto.
- b) se o juiz deferir a suspensão do processo, o prazo da prescrição penal do crime correrá durante o curso do prazo da suspensão.
- c) se for deferida a suspensão do processo, a autoridade judiciária deverá declarar extinta a punibilidade depois de expirado o prazo, sem revogação da suspensão.
- d) se o juiz deferir a suspensão do processo, esta será mantida ainda que no seu curso o indivíduo venha a ser processado por contravenção penal.
- e) a decisão do juiz, pelo deferimento da suspensão do processo, independerá da aceitação do acusado.

127) CESPE - Ag Pol (PC GO)/PC GO/2016

O juizado especial cível da justiça federal é competente para processar e julgar

- a) causa entre Estado estrangeiro e pessoa domiciliada no Brasil.
- b) ação de anulação de ato administrativo federal de lançamento fiscal.
- c) ação sobre bem imóvel da União.
- d) mandado de segurança referente a disputa sobre direitos indígenas.
- e) causa entre organismo internacional e município brasileiro.

128) IPAD - Ag (PC AC)/PC AC/2012

Todas as alternativas abaixo constituem características do procedimento previsto pela Lei n.º 9.099/1995, a qual instituiu os Juizados Especiais Criminais, EXCETO:

- a) a oralidade.
- b) a economia processual.
- c) a formalidade processual.
- d) a competência para julgamento das infrações de menor potencial ofensivo.
- e) a celeridade.

Lei nº 9.296/1996 - Interceptação Telefônica

129) IBFC - Ag PJ (PC SE)/PC SE/2014

A respeito da Lei de Interceptação Telefônica (Lei nº 9.296/96), assinale a alternativa correta:

- a) Será admitida a interceptação de comunicações telefônicas ainda que a prova puder ser produzida por outros meios disponíveis.
- b) Será admitida a interceptação de comunicações telefônicas quando o fato investigado constituir infração penal punida com pena de detenção.
- c) Excepcionalmente o juiz poderá admitir que o pedido seja formulado verbalmente, desde que estejam presentes os pressupostos que autorizem a interceptação, caso em que a concessão será condicionada à sua redução a termo.
- d) Deferido o pedido, a autoridade policial conduzirá os procedimentos de interceptação independentemente de ciência ao Ministério Público.

130) CESPE - Ag Pol (PC GO)/PC GO/2016

Caso uma pessoa seja ré em processo criminal por supostamente ter cometido homicídio qualificado, eventual interceptação de suas comunicações telefônicas

- a) dependerá de ordem do juiz competente, sob sigilo de justiça.
- b) poderá ser admitida por meio de parecer favorável de representante do MP.
- c) não poderá exceder o prazo improrrogável de quinze dias, se concedida pelo juiz.
- d) poderá ser admitida, ainda que a prova possa ser feita por outros meios.
- e) deverá ser negada, se for requerida verbalmente ao juiz competente.

131) CESPE - Ag Pol (PC GO)/PC GO/2016

Cláudio responde a IP por supostamente ter cometido crime sujeito a pena de reclusão.

Ana é ré em processo criminal por supostamente ter cometido crime sujeito a pena de detenção.

Clóvis responde a IP por supostamente ter cometido crime sujeito a pena de detenção.

Nessas situações hipotéticas, poderá ocorrer a interceptação das comunicações telefônicas

- a) de Cláudio e de Clóvis, mediante requerimento da autoridade policial.
- b) somente de Ana, por meio de requerimento do representante do MP.
- c) somente de Clóvis, mediante requerimento do representante do MP.
- d) de Ana, de Clóvis e de Cláudio, por meio de despacho de ofício do juiz ou mediante requerimento da autoridade policial ou do representante do MP.
- e) somente de Cláudio, por meio de despacho de ofício do juiz.

132) FUNCAB - Inv Pol (PC PA)/PC PA/2016

Nos termos da lei de interceptação telefônica, Lei nº 9.296, de 1996, é correto afirmar:

- a) Para os procedimentos de interceptação, a autoridade policial não poderá dispensar a requisição de serviços e técnicos especializados às concessionárias de serviço público.
- b) Deferido o pedido de interceptação de comunicação telefônica, a autoridade policial conduzirá os procedimentos de interceptação, dando ciência ao Ministério Público, que ficará impedido de acompanhar a sua realização,
- c) São considerados requisitos para a admissibilidade da interceptação das comunicações

telefônicas: haver indícios razoáveis da autoria ou participação em infração penal; quando a prova puder ser produzida por outros meios disponíveis e o fato investigado constituir infração penal punida, com pena de detenção.

d) Excepcionalmente, o juiz poderá admitir que o pedido seja formulado verbalmente, desde que estejam presentes os pressupostos que autorizem a interceptação, caso em que a concessão ocorrerá sem a necessidade da sua redução a termo.

e) A decisão será fundamentada, sob pena de nulidade, indicando também a forma de execução da diligência, que não poderá exceder o prazo de quinze dias, renovável por igual tempo uma vez comprovada a indispensabilidade do meio de prova.

Lei nº 9.455/1997 - Crimes de Tortura

133) CESPE - Ag Pol (PC DF)/PC DF/2013

Julgue o item que se segue, acerca da legislação especial criminal.

O agente público que submeter pessoa presa a sofrimento físico ou mental, ainda que por intermédio da prática de ato previsto em lei ou resultante de medida legal, praticará o crime de tortura.

Certo

Errado

134) VUNESP - Insp PC CE/PC CE/2015

Sobre a Lei no 9.455/97, que dispõe sobre a TORTURA, é correto afirmar que

a) os casos de tortura com o fim de obter informação, declaração ou confissão da vítima ou de terceira pessoa e para provocar ação ou omissão de natureza criminosa, o crime somente se consuma quando o agente obtém o resultado almejado.

b) o crime de tortura é próprio, uma vez que só pode ser cometido por policiais civis ou militares.

c) privar de alimentos pessoa sob sua guarda, poder ou autoridade é uma das formas de tortura previstas na lei, na modalidade "tortura castigo".

d) se o agente tortura a vítima para com ele praticar um roubo, responderá por crime único, qual seja, o crime de roubo, por este ter penas maiores.

e) quando o sujeito ativo do crime de tortura for agente público, as penas são aumentadas de um sexto a um terço.

135) FEC - Insp Pol (PC RJ)/PC RJ/2012

De forma a castigar seu filho de treze anos por ter lido revistas de conteúdo homoerótico impróprio para sua idade, José Haroldo decide colocar a cabeça do garoto na privada e puxar a descarga, colocar água fervente na região genital, bem como lhe dá uma surra. O garoto é internado com fraturas nos braços e nas pernas, queimaduras de segundo grau na região genital e nas coxas e rotura do baço. Ouvido em sede policial, José Haroldo confessa a surra, informando ao delegado que não iria deixar o filho se tornar um pervertido, mesmo que tivesse que matá-lo. Na hipótese, José Haroldo cometeu o crime de:

- a) lesão corporal qualificada pela gravidade da lesão.
- b) tortura, com o aumento de pena por ter praticado o crime contra adolescente.
- c) lesão corporal qualificada pela violência doméstica.
- d) maus-tratos.
- e) tortura simples, pois o crime foi praticado contra adolescente e não contra criança ou idoso.

136) CESPE - Ag Pol (PC PE)/PC PE/2016

Rui e Jair são policiais militares e realizam constantemente abordagens de adolescentes e homens jovens nos espaços públicos, para verificação de ocorrências de situações de uso e tráfico de drogas e de porte de armas. Em uma das abordagens realizadas, eles encontraram José, conhecido por efetuar pequenos furtos, e, durante a abordagem, verificaram que José portava um celular caro. Jair começou a questionar a quem pertencia o celular e, à medida que José negava que o celular lhe pertencia, alegando não saber como havia ido parar em sua mochila, começou a receber empurrões do policial e, persistindo na negativa, foi derrubado no chão e começou a ser pisoteado, tendo a arma de Rui direcionada para si. Como não respondeu de forma alguma a quem pertencia o celular, José foi colocado na viatura depois de apanhar bastante, e os policiais ficaram rodando por horas com ele, com o intuito de descobrirem a origem do celular, mantendo-o preso na viatura durante toda uma noite, somente levando-o para a delegacia no dia seguinte.

Nessa situação hipotética, à luz das leis que tratam dos crimes de tortura e de abuso de autoridade e dos crimes hediondos,

- a) os policiais cometeram o crime de tortura, que, no caso, absorveu o crime de lesão corporal.
- b) os policiais cometeram somente crime de abuso de autoridade e lesão corporal.
- c) o fato de Rui e Jair serem policiais militares configura causa de diminuição de pena.
- d) os policiais cometeram o tipo penal denominado tortura-castigo.
- e) caso venham a ser presos cautelarmente, Rui e Jair poderão ser soltos mediante o pagamento de fiança.

137) COPS UEL - Esc Pol (PC PR)/PC PR/2010

Sobre o crime de tortura, assinale a alternativa correta.

- a) A pena do crime de tortura é aumentada, de um décimo até um sexto, se o crime é cometido por agente público.
- b) Aquele que se omite em face das condutas típicas do crime de tortura, quando tinha o dever de evitá-las ou apurá-las, incorre na pena de detenção de um a dois anos.
- c) Quem submete pessoa presa a sofrimento físico ou mental, por intermédio da prática de ato não previsto em lei, incorre em um sexto da pena de tortura.
- d) Constranger alguém com o emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental para provocar ação ou omissão de natureza criminosa, constitui crime de tortura.
- e) A pena do crime de tortura é aumentada, de um décimo até um sexto, se o crime é cometido contra criança, gestante, portador de deficiência, adolescente ou maior de 60 (sessenta) anos.

138) CESPE - Ag Pol (PC GO)/PC GO/2016

À luz das disposições da Lei n.º 9.455/1997, que trata dos crimes de tortura, assinale a opção correta.

- a) O fato de o agente constranger um indivíduo mediante violência ou grave ameaça, em razão da orientação sexual desse indivíduo, causando-lhe sofrimento físico ou mental, caracteriza o crime de tortura na modalidade discriminação.
- b) O delegado que se omite em relação à conduta de agente que lhe é subordinado, não impedindo que este torture preso que esteja sob a sua guarda, incorre em pena mais branda do que a aplicável ao torturador.
- c) A babá que, mediante grave ameaça e como forma de punição por mau comportamento durante uma refeição, submeter menor que esteja sob sua responsabilidade a intenso sofrimento mental não praticará crime de tortura por falta de tipicidade, podendo ser acusada apenas de maus tratos.
- d) O crime de tortura admite qualquer pessoa como sujeitos ativo ou passivo; assim, pelo fato de não exigirem qualidade especial do agente, os crimes de tortura são classificados como crimes comuns.
- e) Crimes de tortura são classificados como crimes próprios porque exigem, para a sua prática, a qualidade especial de os agentes serem agentes públicos.

139) IPAD - Ag (PC AC)/PC AC/2012

O crime de tortura, definido pela Lei nº 9.455/1997, possui como causa especial de aumento de pena (majoração de um sexto a um terço) ser o delito cometido contra grupos específicos de pessoas. Não constitui, entretanto, hipótese de agravamento da pena, quando o crime for praticado contra:

- a) mulher.
- b) criança.
- c) portador de deficiência física.
- d) maior de sessenta anos.
- e) portador de deficiência mental.

140) FUNCAB - Ag Pol (PC RO)/PC RO/2014

Em relação às disposições da Lei de Tortura (Lei nº 9.455/1997), é correto afirmar:

- a) O fato de o sujeito ativo do crime ser agente público, praticando o delito em razão de suas funções, não influencia no montante da reprimenda penal.
- b) A indigitada lei aplica-se ainda quando o crime não tenha sido cometido em território nacional, sendo a vítima brasileira ou encontrando-se o agente em local sob jurisdição brasileira.
- c) O crime de tortura é afiançável.
- d) O crime de tortura é suscetível de graça e anistia.
- e) É vedado o instituto da progressão de regime de cumprimento de pena.

Lei nº 9.503/1997 - Código de Trânsito Brasileiro (crimes)

141) VUNESP - Ag Pol (PC SP)/PC SP/2013

Orfeu, maior de idade e devidamente habilitado, voltava de viagem de férias na direção de seu automóvel, tendo em sua companhia sua esposa e três filhos menores. Durante o percurso, envolveu-se em acidente de trânsito, no qual Orfeu foi considerado culpado, e sua família que estava no automóvel veio a falecer em decorrência do sinistro causado por negligência de Orfeu.

Tendo em vista os fatos narrados e considerando o que dispõe o código Penal, é correto afirmar que

- a) Orfeu não responderá por qualquer crime, uma vez que a morte de seus familiares decorreu de um mero acidente de trânsito.
- b) Orfeu deverá ser imediatamente preso em razão de ter cometido o crime de homicídio triplamente qualificado.
- c) o juiz poderá deixar de aplicar a pena a Orfeu, pois as consequências da infração já o atingiram de forma tão grave que a pena se tornou desnecessária.
- d) por se tratar de morte de familiares, Orfeu terá direito à redução da pena ao responder pelo crime de homicídio simples.
- e) Orfeu não deverá ser responsabilizado pelo falecimento de seus familiares, pois o acidente de trânsito ocorreu por simples negligência, a qual afasta a caracterização do crime.

142) VUNESP - Ag Pol (PC SP)/PC SP/2013

Ao condutor de veículo, nos casos de acidentes de trânsito de que resulte vítima, não se imporá a prisão em flagrante, nem se exigirá fiança, se

- a) tentou a todo custo evitar o acidente.
- b) confessou a autoria à autoridade policial.
- c) não teve a intenção de causar o acidente.
- d) prestou pronto e integral socorro à vítima.
- e) evadiu-se do local do acidente para descaracterizar o flagrante.

143) VUNESP - Insp PC CE/PC CE/2015

Sobre o Código de Trânsito Brasileiro, está correto afirmar que

- a) a punição da conduta de participação em racha (artigo 308), está condicionada à ocorrência de acidente.
- b) o agente que deixa de prestar socorro à vítima em acidente de trânsito fica isento de pena, quando essa omissão for suprida por terceiros.
- c) a conduta de violar ordem de suspensão para dirigir veículo automotor é punida, administrativamente, com nova suspensão.
- d) o crime do artigo 311 exige perigo de dano para a conduta de trafegar em velocidade incompatível com a segurança nas proximidades de escolas.
- e) a conduta de entregar a direção de veículo automotor à pessoa não habilitada é punida, administrativamente, com suspensão do direito de dirigir pelo prazo previsto em lei.

Lei nº 9.605/98 - Lei do Meio Ambiente (crimes)

144) FEC - Insp Pol (PC RJ)/PC RJ/2012

NÃO se inclui entre as causas de atipicidade do crime de abate de animal previsto no art. 29 da Lei nº 9.605/98:

- a) o estado de necessidade, para saciar a fome do agente ou de sua família.
- b) a caça para fins de extração de peles, devidamente autorizada pelo IBAMA.
- c) a proteção de lavouras e pomares da ação depredatória de animais, quando o abate for autorizado pela autoridade competente.

d) a proteção de rebanhos da ação destruidora de animais, quando o abate for autorizado pela autoridade competente.

e) a nocividade do animal, desde que assim caracterizada pelo órgão competente.

145) IBFC - Ag PJ (PC SE)/PC SE/2014

No crime de “matar, perseguir, caçar, apanhar, utilizar espécimes da fauna silvestre, nativos ou em rota migratória, sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade competente, ou em desacordo com a obtida”, previsto no artigo 29 da Lei nº 9.605/98, a pena é aumentada de metade quando a conduta é praticada, exceto:

a) Durante a noite.

b) Contra espécie rara ou considerada ameaçada de extinção, ainda que somente no local da infração.

c) Com emprego de métodos ou instrumentos capazes de provocar destruição em massa.

d) Em atos de pesca.

146) COPS UEL - Esc Pol (PC PR)/PC PR/2010

Assinale a alternativa que indica corretamente a existência de crime contra o Ordenamento Urbano e o Patrimônio Cultural.

a) Destruir arquivo, registro ou museu, mesmo sem proteção decorrente de lei, ato administrativo ou decisão judicial.

b) Utilizar bem especialmente protegido por lei, ato administrativo ou decisão judicial

c) Alterar o aspecto ou estrutura de edificação ou local especialmente protegido por lei, ato administrativo ou decisão judicial, em razão de seu valor paisagístico.

d) Deteriorar arquivo, registro, museu, biblioteca, pinacoteca, instalação científica ou similar, mesmo sem proteção decorrente de lei, ato administrativo ou decisão judicial.

e) Pichar, grafitar ou, por outro meio, conspurcar edificação ou monumento urbano, sem autorização da autoridade competente ou em desacordo com a concedida.

147) FUNCAB - Inv Pol (PC PA)/PC PA/2016

Acerca da Lei nº 9.605, de 1998, que trata das sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, é correto afirmar que constitui crime:

a) penetrar em Unidades de Conservação conduzindo substâncias ou instrumentos próprios para caça ou para exploração de produtos ou subprodutos florestais, mesmo se possuir licença da autoridade competente.

b) destruir ou danificar floresta considerada de preservação permanente, mesmo que em formação, ou utilizá-la com infringência das normas de proteção.

c) meter, perseguir, caçar, apanhar, utilizar espécimes da fauna silvestre, nativos ou em rota migratória, qualquer que seja a hipótese.

d) abater animal, quando realizado em estado de necessidade, para saciar a fome do agente ou de sua família.

e) a prática de grafite realizada com o objetivo de valorizar o patrimônio público ou privado mediante manifestação artística, com ou sem consentimento do proprietário ou, quando couber, do locatário ou arrendatário do bem privado.

Lei nº 10.741/2003 - Estatuto do Idoso (crimes)

148) VUNESP - Insp PC CE/PC CE/2015

Analise as assertivas a seguir, assinalando a única correta.

- a) De acordo com a Lei no 12.037/09, a identificação criminal compreende impressões datiloscópicas, fotografias e material biológico, este último somente colhido por ordem judicial.
- b) O filho que saca valores da conta corrente da sua mãe aposentada e idosa, para satisfazer seus desejos de consumo, em razão dos laços familiares (conduta praticada por ascendente), não comete crime, conforme o Estatuto do Idoso.
- c) A venda de ingressos de evento esportivo por preço superior ao estampado no bilhete é infração administrativa prevista no Estatuto do Torcedor (Lei no 10.671/2003), punida com multa e perdimento dos bilhetes apreendidos com o infrator.
- d) O agente que é surpreendido por policiais dirigindo seu veículo sem habilitação, comete o crime do artigo 309 do Código de Trânsito Brasileiro, considerando os riscos (perigos) que esta conduta pode gerar.
- e) As proteções previstas na Lei no 9.807/99 (programa de proteção à testemunha) são pessoais, não podendo, em qualquer hipótese, ser estendidas aos familiares da vítima ou da testemunha.

149) FEC - Insp Pol (PC RJ)/PC RJ/2012

Em “Abandonar o idoso em hospitais, casas de saúde, entidades de longa permanência ou congêneres, ou não prover suas necessidades básicas, quando obrigado por lei ou mandado” (art. 98 da Lei nº 10.741, de 2003 – o Estatuto do Idoso), são previstos dois crimes:

- a) ambos omissivos.
- b) ambos comissivos.
- c) comissivo e omissivo, respectivamente.
- d) omissivo e comissivo, respectivamente.
- e) omissivo e comissivo-omissivo, respectivamente.

150) CESPE - Ag Pol (PC GO)/PC GO/2016

De acordo com o que prevê o Estatuto do Idoso – Lei n.º 10.741/2003 –, constitui infração administrativa

- a) induzir pessoa idosa sem discernimento de seus atos a outorgar procuração para fins de administração de bens ou de deles dispor livremente.
- b) deixar o profissional de saúde de comunicar à autoridade competente os casos de crimes contra idoso dos quais tiver conhecimento.
- c) lavrar ato notarial que envolva pessoa idosa sem discernimento de seus atos, sem a devida representação legal.
- d) coagir, de qualquer modo, o idoso a outorgar procuração.
- e) negar o acolhimento do idoso, como abrigado, por recusa deste em outorgar procuração à entidade de atendimento.

151) CESPE - Ag Pol (PC GO)/PC GO/2016

De acordo com a Lei n.º 10.741/2003, a retenção, sem justo motivo, de cartão magnético de conta bancária relativa a benefícios de pessoa idosa é considerada

- a) crime de ação penal pública incondicionada.
- b) infração administrativa.
- c) crime punível com reclusão, seja a conduta culposa, seja ela dolosa.
- d) fato atípico, pois constitui conduta que não pode ser considerada crime.
- e) contravenção penal.

152) FUNCAB - Inv Pol (PC PA)/PC PA/2016

Acerca do Estatuto do idoso, Lei nº 10.741, de 2003, é correto afirmar que:

- a) a limitação expressa no edital de concurso público para o provimento de cargo efetivo, quanto ao limite de idade, afasta a incidência da prática do crime de obstar o acesso de alguém a qualquer cargo público por motivo de idade.
- b) o Estatuto do Idoso é destinado a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 65 (sessenta e cinco) anos.
- c) admite-se a possibilidade de cobrança de valores diferenciados em razão da idade, sem a caracterização da discriminação do idoso.
- d) constitui crime discriminar pessoa idosa, impedindo ou dificultando seu acesso a operações bancárias, aos meios de transporte, ao direito de contratar ou por qualquer outro meio ou instrumento necessário ao exercício da cidadania, por motivo de idade.
- e) constitui crime deixar de prestar assistência ao idoso, mesmo quando impossível fazê-lo sem risco pessoal.

Lei nº 10.826/2003 - Estatuto do Desarmamento

153) CESPE - Ag Pol (PC DF)/PC DF/2013

Julgue o item que se segue, acerca da legislação especial criminal.

A conduta de uma pessoa que disparar arma de fogo, devidamente registrada e com porte, em local ermo e desabitado será considerada atípica.

Certo

Errado

154) VUNESP - Insp PC CE/PC CE/2015

Sobre o Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826/2003), está correto afirmar que

- a) a posse e guarda de arma de fogo no interior da residência ou no local de trabalho é autorizada, desde que a arma de fogo seja de uso permitido.
- b) o Estatuto do Desarmamento só regula condutas envolvendo armas de fogo de uso permitido.
- c) o artigo 14 do Estatuto do Desarmamento dispõe sobre o porte de arma de fogo de uso permitido e o artigo 16 da mesma lei dispõe sobre o porte de arma de fogo de uso restrito.
- d) o crime de disparo de arma de fogo previsto no artigo 15 do Estatuto admite tanto a conduta dolosa (disparo proposital), como culposa (disparo acidental).
- e) o Estatuto do Desarmamento não pune o porte ou a posse de acessório ou munição para armas de fogo.

155) VUNESP - Insp PC CE/PC CE/2015

Populares avisaram a polícia que João e José, embriagados, discutiam na via pública. Avistados e abordados, os policiais verificaram que nenhum dos dois traziam quaisquer documentos, além de terem localizado na cintura de João uma arma de fogo e sob as vestes de José uma faca. Nesse contexto, competem aos policiais

- a) conduzir João e José para a Delegacia de Polícia para responderem pela contravenção penal de perturbação de sossego.
- b) depois de comprovar a identidade de João e José e verificando que eles não usavam, no momento da discussão, a arma de fogo e a faca que traziam (respectivamente), liberá-los da abordagem.
- c) conduzir João e José para a Delegacia de Polícia, pois praticaram crime de tentativa de lesão corporal (mútua).
- d) prender João e José em flagrante delito por tentativa de homicídio, considerando o porte de arma de fogo e a faca, ambos objetos letais.
- e) conduzir os dois para a Delegacia de Polícia; José para responder pela contravenção penal de porte de arma branca, e João porque foi preso em flagrante delito por porte ilegal de arma de fogo.

156) FEC - Insp Pol (PC RJ)/PC RJ/2012

Proprietário de empresa de segurança deixa de comunicar furto de munição de seu estabelecimento à Polícia Federal. Na hipótese:

- a) comete o crime de posse ilegal de arma de fogo de uso permitido, na forma comissivo-omissiva.
- b) não comete o crime de omissão de cautela, uma vez que o bem furtado não é arma de fogo.
- c) comete o crime de tráfico culposo de arma de fogo.
- d) comete o crime de comércio ilegal culposo de arma de fogo.
- e) comete o crime de omissão de cautela.

157) FUNCAB - Inv Pol (PC PA)/PC PA/2016

Nos termos do Estatuto do Desarmamento, Lei nº 10.826, de 2003, dentre as categorias de pessoas a seguir enumeradas, qual é aquela, para a qual existe a restrição ao direito de portar arma de fogo de propriedade particular ou fornecida pela respectiva corporação ou instituição, mesmo fora de serviço, com validade em âmbito nacional?

- a) agentes do Departamento de Segurança do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.
- b) integrantes das Forças Armadas
- c) integrantes da polícia da Câmara dos Deputados.
- d) integrantes das guardas municipais das capitais dos Estados e dos Municípios com mais de 500.000 (quinhentos mil) habitantes.
- e) agentes operacionais da Agência Brasileira de Inteligência.

158) IPAD - Ag (PC AC)/PC AC/2012

Sobre a Lei nº 10.826/2003, conhecida como o Estatuto do Desarmamento, assinale a alternativa incorreta.

- a) É obrigatório o registro de qualquer arma de fogo no órgão competente para tal finalidade.
- b) Para adquirir arma de fogo de uso permitido o interessado deverá, além de declarar a efetiva necessidade, atender a requisitos legais expressos na lei de regência da matéria.
- c) Aos Integrantes das Forças Armadas é lícito, em razão do cargo que ocupam, o porte de arma de fogo.
- d) Os integrantes da guarda municipal detêm, apenas, em razão do cargo que ocupam, habilitação para porte de arma de fogo.
- e) A simples posse de arma de fogo de uso restrito é crime previsto na Lei nº 10.826/2003.

Lei nº 11.340/2006 - Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (Lei Maria da Penha)

159) CESPE - Ag Pol (PC DF)/PC DF/2013

Julgue o item que se segue, acerca da legislação especial criminal.

Nos termos da Lei n.º 11.340/2006 – Lei Maria da Penha –, a empregada doméstica poderá ser sujeito passivo de violência praticada por seus empregadores.

Certo

Errado

160) VUNESP - Insp PC CE/PC CE/2015

A Lei no 11.340/2006, conhecida como “Lei Maria da Penha”, estabelece que

- a) em qualquer fase do inquérito policial ou da ação penal cabe prisão preventiva contra o agressor.
- b) em nenhuma hipótese o sujeito ativo dos crimes previstos nessa Lei poderá ser uma mulher.
- c) para efeito dessa Lei são formas de violência a física e a sexual.
- d) na ocorrência de uma briga (com agressão física) entre vizinhos, desde que envolvendo um homem e uma mulher e com residências próximas, aplicam-se as disposições da Lei Maria da Penha.
- e) se o agressor comprovar que é o proprietário da residência conjugal, não poderá ser determinado o seu afastamento do lar.

161) FEC - Insp Pol (PC RJ)/PC RJ/2012

Para fins de aplicação das medidas protetivas da Lei Maria da Penha:

- a) agressor e agredida não mais precisam viver juntos, mas devem ter coabitado.
- b) só o homem pode ser sujeito passivo das medidas protetivas.
- c) agressor e agredida devem viver juntos.
- d) não importa a coabitação e nem a orientação sexual de agressor e agredida.
- e) a mulher pode ser sujeito passivo das medidas protetivas, mas somente se mantiver relações de parentesco com a agredida.

162) CESPE - Ag Pol (PC GO)/PC GO/2016

De acordo com as disposições da Lei n.º 11.340/2006 – Lei Maria da Penha –, assinale a opção correta.

- a) No caso de mulher em situação de violência doméstica e familiar, quando for necessário o afastamento do local de trabalho para preservar a sua integridade física e psicológica, o juiz assegurará a manutenção do vínculo trabalhista por prazo indeterminado.
- b) Para a proteção patrimonial dos bens da sociedade conjugal ou daqueles de propriedade particular da mulher, o juiz determinará a proibição temporária da celebração de atos e contratos de compra, venda e locação de propriedade em comum, salvo se houver procurações previamente conferidas pela ofendida ao agressor.
- c) A referida lei trata de violência doméstica e familiar em que, necessariamente, a vítima é mulher, e o sujeito ativo, homem.
- d) Na hipótese de o patrão praticar violência contra sua empregada doméstica, a relação empregatícia impedirá a aplicação da lei em .
- e) As formas de violência doméstica e familiar contra a mulher incluem violência física, psicológica, sexual e patrimonial, que podem envolver condutas por parte do sujeito ativo tipificadas como crime ou não.

163) FUNCAB - Inv Pol (PC PA)/PC PA/2016

No atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar, nos termos da Lei nº 11.340, de 2006, é correto afirmar como procedimento a ser adotado pela autoridade policial, sem prejuízo daqueles previstos no Código de Processo Penal:

- a) Determinar a proibição ao agressor o contato com a ofendida, seus familiares e testemunhas por qualquer meio de comunicação.
- b) Determinar a proibição ao agressor de aproximação da ofendida, de seus familiares e das testemunhas, fixando o limite mínimo de distância entre estes e o agressor.
- c) Determinar a suspensão da posse ou restrição do porte de armas do agressor.
- d) Determinar que se proceda ao exame de corpo de delito da ofendida e requisitar outros exames periciais necessários.
- e) Determinar ao agressor o afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida.

164) IPAD - Ag (PC AC)/PC AC/2012

Todas as alternativas abaixo são medidas de proteção à mulher previstas na Lei nº 11.340/2006, EXCETO:

- a) a prestação de alimentos provisionais.
- b) a proibição do agressor à prática de determinadas condutas.
- c) o afastamento compulsório do lar, por parte do agressor.
- d) a restrição do porte de arma do agressor.
- e) o banimento do agressor para outro país.

Lei nº 11.343/2006 - Lei de Drogas

165) CESPE - Insp PC CE/PC CE/2012

Acerca do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD), julgue o item subsequente.

As ações do SISNAD limitam-se ao plano interno, ou seja, aos limites do território nacional, razão pela qual esse sistema não comporta a integração de estratégias internacionais de prevenção do uso indevido de drogas.

Certo

Errado

166) CESPE - Insp PC CE/PC CE/2012

Acerca do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD), julgue o item subsequente.

As instituições que atuam nas áreas de atenção à saúde e assistência social e que atendam usuários ou dependentes de drogas devem comunicar ao órgão competente do respectivo sistema municipal de saúde os casos atendidos e os óbitos ocorridos, preservando a identidade das pessoas.

Certo

Errado

167) CESPE - Insp PC CE/PC CE/2012

Julgue o próximo item, acerca das medidas para prevenção do uso indevido de drogas, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas.

O usuário e o dependente de drogas que, em razão da prática de infração penal, estiverem submetidos a medida de segurança terão garantidos os mesmos serviços de atenção à sua saúde que tinham antes do início do cumprimento de pena privativa de liberdade, independentemente da posição do respectivo sistema penitenciário.

Certo

Errado

168) CESPE - Insp PC CE/PC CE/2012

Julgue o próximo item, acerca das medidas para prevenção do uso indevido de drogas, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas.

As atividades de prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas a serem desenvolvidas pelo SISNAD incluem a adoção de estratégias preventivas diferenciadas e adequadas às especificidades socioculturais das diversas populações, como a internação compulsória.

Certo

Errado

169) CESPE - Insp PC CE/PC CE/2012

A respeito das normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas, julgue o item subsequente.

O inquérito policial instaurado para a apuração da prática de tráfico de drogas deverá ser

concluído no prazo de trinta dias, se o indiciado estiver preso, e de noventa dias, quando solto, sendo certo que tais prazos poderão ser duplicados pelo juiz, ouvido o MP, mediante pedido justificado da autoridade de polícia judiciária.

Certo

Errado

170) CESPE - Insp PC CE/PC CE/2012

A respeito das normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas, julgue o item subsequente.

No território nacional, é expressamente proibido produzir, extrair, fabricar, transformar, preparar, possuir, manter em depósito, importar, exportar, reexportar, remeter, transportar, expor, oferecer, vender, comprar, trocar, ceder ou adquirir, para qualquer fim, drogas ou matéria-prima destinada à sua preparação, não havendo previsão de licença pública para tal fim.

Certo

Errado

171) CESPE - Insp PC CE/PC CE/2012

A respeito das normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas, julgue o item subsequente.

As glebas cultivadas com plantações ilícitas serão desapropriadas por interesse público, mediante indenização ao proprietário por meio de títulos da dívida pública resgatáveis apenas após a comprovação de que as plantações ilícitas foram eliminadas da propriedade.

Certo

Errado

172) CESPE - Ag Pol (PC DF)/PC DF/2013

Julgue o item que se segue, acerca da legislação especial criminal.

Um indivíduo que consuma maconha e a ofereça aos seus amigos durante uma festa deverá ser considerado usuário, em face da eventualidade e da ausência de objetivo de lucro.

Certo

Errado

173) VUNESP - Insp PC CE/PC CE/2015

A Lei no 11.343/06 (Drogas) estabelece que

a) o artigo 28 dessa Lei não mais prevê pena corporal para o usuário de drogas e não mais considera crime a conduta de quem é surpreendido usando drogas.

b) o crime de associação para o tráfico de drogas exige a presença de pelo menos quatro agentes, podendo haver, dentre eles, menores de idade.

c) a conduta daquele que semeia ou cultiva plantas que constituam matéria prima para a preparação de drogas, sem autorização legal, não caracteriza crime regulado por essa Lei, mas sim crime ambiental.

d) o agente que oferece drogas de forma gratuita para terceiro consumir, não pratica o crime do artigo 33 dessa Lei, o qual exige lucro.

e) o agente primário, de bons antecedentes e que não integre organizações criminosas e nem se dedique a atividades criminosas, condenado por tráfico de drogas, poderá ter sua pena reduzida até 2/3.

174) FEC - Insp Pol (PC RJ)/PC RJ/2012

Segundo a Lei nº 11.343/2006, o usuário de drogas, como tal:

- a) pratica crime.
- b) não mais pratica crime.
- c) pratica crime, não sendo passível, porém, de pena privativa de liberdade.
- d) não mais pratica crime, embora seja passível de penas restritivas de direitos.
- e) pratica crime, mas é isento de pena.

175) IBFC - Ag PJ (PC SE)/PC SE/2014

Segundo a Lei de Drogas (Lei nº 11.343/06), as penas são aumentadas de um sexto a dois terços se a infração tiver sido cometida em alguns locais específicos. A respeito do tema, analise as assertivas abaixo:

- I. Nas dependências ou imediações de estabelecimentos prisionais, de ensino ou hospitalares.
- II. Nas dependências ou imediações de sedes de entidades estudantis, sociais, culturais, recreativas, esportivas, ou beneficentes.
- III. Nas dependências ou imediações de recintos onde se realizem espetáculos ou diversões de qualquer natureza.
- IV. Nas dependências ou imediações de locais de serviços de tratamento de dependentes de drogas ou de reinserção social.
- V. No interior de transporte público com a única finalidade de levar a droga ao destino de forma oculta, sem o intuito de disseminá-la entre os passageiros.

São causas de aumento de pena as hipóteses citadas nos itens:

- a) I, II, III e IV, apenas.
- b) I, II, III e V, apenas.
- c) I, II, IV e V, apenas.
- d) I, III, IV e V, apenas.

176) FUNCAB - Inv Pol (PC PA)/PC PA/2016

Sobre a lei de drogas, Lei nº 11.343, de 2006, é correto afirmar que:

a) recebida cópia do auto de prisão em flagrante, o juiz, no prazo de 5 (cinco) dias, certificará a regularidade formal do laudo de constatação e determinará a destruição das drogas apreendidas, guardando-se amostra necessária à realização do laudo definitivo.

b) apenas durante a fase do inquérito policial instaurado para apurar o crime de tráfico de substância entorpecente, é permitida, além dos previstos em lei, mediante autorização judicial e ouvido o Ministério Público, o procedimento investigatório da infiltração por agentes de polícia, em tarefas de investigação, constituída pelos órgãos especializados pertinentes.

c) é isento de pena o agente que, em razão da dependência, ou sob o efeito, proveniente de caso fortuito ou força maior, de droga, era, ao tempo da ação ou da omissão, qualquer que tenha sido a infração penal praticada, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

d) ocorrendo prisão em flagrante, a destruição das drogas será executada pela autoridade sanitária no prazo de 15 (quinze) dias na presença do delegado de polícia competente.

e) o perito que subscrever o laudo de constatação da natureza e quantidade da droga, para efeito da lavratura do auto de prisão em flagrante e estabelecimento da materialidade do delito, ficará impedido de participar da elaboração do laudo definitivo.

177) IPAD - Ag (PC AC)/PC AC/2012

A Lei de Combate às Drogas (Lei nº 11.343/2006) prevê a aplicação de algumas penalidades ao usuário de substâncias entorpecentes, definido legalmente como aquele que traz consigo, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar. Entre tais medidas não está incluída a pena de:

- a) reclusão.
- b) advertência sobre os efeitos das drogas.
- c) prestação de serviços à comunidade.
- d) medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo.
- e) admoestação verbal do juiz.

Lei nº 12.037/2009 - Identificação Criminal

178) CESPE - Ag Pol (PC DF)/PC DF/2013

Considerando, por hipótese, que, devido ao fato de estar sendo investigado pela prática de latrocínio, José tenha contratado um advogado para acompanhar as investigações, julgue o item a seguir.

Se surgirem indícios contra José, ele deverá ser indiciado e identificado pelo processo datiloscópico, pois, na hipótese em apreço, o referido crime é hediondo, fato que torna obrigatória a identificação criminal.

Certo

Errado

179) IBFC - Ag PJ (PC SE)/PC SE/2014

Suponha que J.A., adolescente que já praticou diversos atos infracionais, convide Pedro, maior de idade e primário, para juntos praticarem um furto a residência. A dupla combina que o adolescente ingressará no imóvel e efetuará a subtração dos pertences, enquanto Pedro ficará dando cobertura e vigiando o local. Na oportunidade, ambos são surpreendidos com a chegada da polícia militar, que os detém e encaminha até a presença do Delegado de Polícia. A respeito

dos crimes praticados por Pedro, e com base na Lei nº 12.830/13, pode-se dizer que:

- a) Pedro não deverá ser preso em flagrante, pois o autor intelectual do furto é o adolescente, sendo o maior de idade mera pessoa interposta com mínima participação.
- b) Pedro deverá ser preso em flagrante pelo crime de furto à residência qualificado pelo concurso de agentes, não configurando o crime de corrupção de menores, uma vez que Pedro é primário e o adolescente é um infrator habitual.
- c) Pedro deverá ser preso em flagrante pelo crime de furto à residência qualificado pelo concurso de agentes, sendo que somente haverá o crime de corrupção de menores caso a Autoridade Policial colha elementos materiais que comprovem efetiva corrupção do menor.
- d) Pedro deverá ser preso em flagrante pelo crime de furto à residência qualificado pelo concurso de agentes e pelo crime de corrupção de menores, pois este último independe da efetiva corrupção do menor.

Lei nº 12.830/2013 - Investigação Criminal Conduzida pelo Delegado de Polícia

180) FUNCAB - Ag Pol (PC RO)/PC RO/2014

Segundo a Lei nº 12.830/2013 (Dispõe sobre a investigação criminal conduzida pelo delegado de polícia), é INCORRETO afirmar:

- a) As funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais exercidas pelo delegado de polícia são de natureza jurídica, essenciais e exclusivas de Estado.
- b) O inquérito policial ou outro procedimento previsto em lei em curso somente poderá ser avocado ou redistribuído por superior hierárquico, mediante despacho fundamentado, por motivo de interesse público ou nas hipóteses de inobservância dos procedimentos previstos em regulamento da corporação que prejudique a eficácia da investigação.
- c) Durante a investigação criminal, cabe ao delegado de polícia a requisição de perícia, informações, documentos e dados que interessem à apuração dos fatos.
- d) O indiciamento, ato do delegado de polícia concorrente com o Ministério Público, dar-se-á por ato fundamentado, mediante análise técnico-jurídica do fato, que deverá indicar a autoria, materialidade e suas circunstâncias.
- e) O cargo de delegado de polícia é privativo de bacharel em Direito, devendo-lhe ser dispensado o mesmo tratamento protocolar que recebem os magistrados, os membros da Defensoria Pública e do Ministério Público e os advogados.

181) VUNESP - Insp PC CE/PC CE/2015

Lei nº 12.850/2013 (Antiga lei 9.034/1995) - Crime Organizado

Sobre a Lei no 12.850/2013 (combate às organizações criminosas), está correto afirmar que

- a) a interceptação telefônica e a infiltração de agentes somente serão admitidas após iniciada a ação penal.
- b) a infiltração de agentes de polícia em tarefas de investigação dependerá de autorização do Delegado de Polícia, que estabelecerá seus limites.
- c) a participação de policial nos crimes de que trata essa lei será investigada em inquérito policial instaurado pela Corregedoria de Polícia e acompanhado por membro específico designado pelo Ministério Público até sua conclusão.
- d) para sua aplicação, dentre outros requisitos, exige-se a associação de três pessoas para a

prática de infrações penais cujas penas máximas sejam superiores a três anos quando não tiverem caráter transnacional.

e) a colaboração premiada, de acordo com o artigo 4o, prevê redução da pena corporal ao agente ou substituição da pena corporal por restritiva de direitos, não contemplando em nenhuma hipótese, o perdão judicial.

Lei nº 12.850/2013 (Antiga lei 9.034/1995) - Crime Organizado

182) IBFC - Ag PJ (PC SE)/PC SE/2014

São crimes que se configuram durante a investigação e a obtenção de provas, previstos na Lei nº 12.850/2013 (Lei de Combate às Organizações Criminosas), exceto:

- a) Praticar o agente infiltrado, no curso da investigação, crime doloso no âmbito da infiltração, quando inexigível conduta diversa.
- b) Imputar falsamente, sob pretexto de colaboração com a Justiça, a prática de infração penal a pessoa que sabe ser inocente, ou revelar informações sobre a estrutura de organização criminosa que sabe inverídicas.
- c) Descumprir determinação de sigilo das investigações que envolvam a ação controlada e a infiltração de agentes.
- d) Revelar a identidade, fotografar ou filmar o colaborador, sem sua prévia autorização por escrito.

183) IBFC - Ag PJ (PC SE)/PC SE/2014

A respeito da ação controlada, prevista Lei nº 12.850/2013 (Lei de Combate às Organizações Criminosas), assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Consiste a ação controlada em retardar a intervenção policial ou administrativa relativa à ação praticada por organização criminosa ou a ela vinculada, desde que mantida sob observação e acompanhamento para que a medida legal se concretize no momento mais eficaz à formação de provas e obtenção de informações.
- b) O retardamento da intervenção policial ou administrativa será previamente comunicado ao juiz competente que, se for o caso, estabelecerá os seus limites e comunicará ao Ministério Público.
- c) Até o encerramento da diligência, o acesso aos autos será restrito ao juiz, ao Ministério Público e ao delegado de polícia, somente se permitindo acesso ao advogado do investigado por ordem do juiz escrita e fundamentada.
- d) A comunicação será sigilosamente distribuída de forma a não conter informações que possam indicar a operação a ser efetuada.

184) FUNCAB - Inv Pol (PC PA)/PC PA/2016

Quanto à investigação criminal conduzida pelo delegado de polícia, nos termos da Lei nº 12.830 de 2013, é correto afirmar que:

- a) o indiciamento, privativo do delegado de polícia, dar-se-á por ato fundamentado, mediante análise técnico-jurídica do fato, que deverá indicar a autoria, materialidade e suas circunstâncias.
- b) o cargo de delegado de polícia é privativo de bacharel, devendo-lhe ser dispensado o mesmo

tratamento protocolar que recebem os membros do magistério superior, os oficiais superiores das forças armadas e oficiais das polícias militares.

c) as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais exercidas pelo delegado de polícia são de natureza política, essenciais e exclusivas de Estado.

d) o inquérito policial em curso poderá ser avocado ou redistribuído por superior hierárquico, sem a necessidade de motivação.

e) ao delegado de polícia, na qualidade de autoridade policial, cabe a condução da investigação criminal através apenas do inquérito policial, que tem como objetivo a apuração das circunstâncias, da materialidade e da autoria das infrações penais, não se admitindo outro procedimento previsto em lei como meio.

185) FUNCAB - Inv Pol (PC PA)/PC PA/2016

Acerca da Lei nº 12.850, de 2013 que versa sobre organização criminosa, é correto afirmar que:

a) o juiz participará das negociações realizadas entre as partes para a formalização do acordo de colaboração, que ocorrerá entre o delegado de polícia, o investigado e o defensor, com a manifestação do Ministério Público, ou, conforme o caso, entre o Ministério Público e o investigado ou acusado e seu defensor.

b) na colaboração premiada, o colaborador, nos depoimentos que prestar, não estará sujeito à renúncia ao direito de permanecer em silêncio mas estará sujeito ao compromisso legal de dizer a verdade.

c) considera-se organização criminosa a associação de 4 (quatro) ou mais pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente, com objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza, mediante a prática de infrações penais cujas penas máximas sejam inferiores a 4 (quatro) anos, e que sejam de caráter transnacional.

d) o juiz poderá, a requerimento das partes, conceder o perdão judicial, reduzir em até 2/3 (dois terços) a pena privativa de liberdade ou substituí-la por restritiva de direitos daquele que tenha colaborado efetiva e voluntariamente com a investigação e com o processo criminal, desde que dessa colaboração advenha um ou mais dos seguintes resultados: a identificação dos demais coautores e partícipes da organização criminosa e das infrações penais por eles praticadas; a revelação da estrutura hierárquica e da divisão de tarefas da organização criminosa; a prevenção de infrações penais decorrentes das atividades da organização criminosa; a recuperação total ou parcial do produto ou do proveito das infrações penais praticadas pela organização criminosa; a localização de eventual vítima com a sua integridade física preservada.

e) se houver indícios suficientes de que o funcionário público integra organização criminosa, poderá o juiz determinar seu afastamento cautelar do cargo, emprego ou função, com prejuízo da remuneração, quando a medida se fizer necessária à investigação ou instrução processual.

Tópicos Mesclados e Demais Leis Penais Extravagantes

186) CESPE - Ag Pol (PC GO)/PC GO/2016

Pedro, maior e capaz, compareceu a uma delegacia de polícia para ser ouvido como testemunha em IP. Todavia, quando Pedro apresentou sua carteira de identidade, a autoridade policial a reteve e, sem justo motivo nem ordem judicial, permaneceu com tal documento durante quinze

dias.

Nessa situação hipotética, a atitude da autoridade policial constituiu

- a) crime punível com multa.
- b) fato atípico, pois sua conduta não pode ser considerada crime ou contravenção penal.
- c) contravenção penal punível com prisão simples.
- d) crime punível com detenção.
- e) crime punível com reclusão.

187) FEC - Insp Pol (PC RJ)/PC RJ/2012

Acerca do processamento e julgamento de crimes de responsabilidade, analise os itens a seguir:

I. Sendo instaurado processo administrativo, este não poderá ser sobrestado para o fim de aguardar a decisão da ação penal ou civil.

II. A ação penal será iniciada, independentemente de inquérito policial ou justificação, por denúncia do Ministério Público, instruída com a representação da vítima do abuso.

III. Se o órgão do Ministério Público, ao invés de apresentar a denúncia, requerer o arquivamento da representação, o Juiz, no caso de considerar improcedentes as razões invocadas, fará remessa da representação ao Procurador-Geral, e este oferecerá a denúncia, ou designará outro órgão do Ministério Público para oferecê-la, ou insistirá no arquivamento, ao qual só então deverá o Juiz atender.

Sobre os itens acima, pode-se afirmar que:

- a) somente I e II estão corretos.
- b) somente I e III estão corretos.
- c) somente II e III estão corretos.
- d) todos estão corretos.
- e) todos estão incorretos.

188) IPAD - Ag (PC AC)/PC AC/2012

Sobre a prisão temporária, prevista na Lei nº 7.960/1989, assinale a alternativa incorreta.

- a) A prisão temporária possui como requisito sua imprescindibilidade para as investigações do inquérito policial.
- b) A prisão temporária possui como requisito que o indiciado não tenha residência fixa.
- c) Atendidos os demais requisitos legais, é cabível a prisão temporária na hipótese de investigação de homicídio doloso.
- d) A prisão temporária possui como prazo máximo noventa dias, prorrogáveis por igual período.
- e) A prisão temporária somente poderá ser executada depois da expedição de mandado Judicial.

Gabarito

101) A	102) D	103) C	104) D	105) D	106) Errado
107) Certo	108) Certo	109) C	110) C	111) E	112) C
113) D	114) B	115) D	116) B	117) D	118) C
119) E	120) B	121) Errado	122) Certo	123) E	124) D
125) E	126) C	127) B	128) C	129) C	130) A
131) E	132) E	133) Errado	134) E	135) B	136) A
137) D	138) B	139) A	140) B	141) C	142) D
143) D	144) B	145) D	146) C	147) B	148) A
149) C	150) B	151) A	152) D	153) Certo	154) C
155) E	156) E	157) D	158) D	159) Certo	160) A
161) D	162) E	163) D	164) E	165) Errado	166) Certo
167) Certo	168) Errado	169) Certo	170) Errado	171) Errado	172) Errado
173) E	174) C	175) A	176) C	177) A	178) Errado
179) D	180) D	181) C	182) A	183) C	184) A
185) D	186) C	187) D	188) D		